

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2018, o Sicoob Leste Capixaba completou 29 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Demonstração do Resultado do Período			Varição
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liq.Duvidosa	122.729	125.654	- 2,33
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	54.417	68.146	-20,15
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	17.019	17.891	-4,87
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	30.049	24.812	21,11
Receitas com Ato Não Cooperativo	11.127	8.650	28,64
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	58.547	52.047	12,49
Despesas tributárias	1.656	1.325	24,98
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	8.613	8.186	5,22
Ingressos de Depósitos Interooperativos	36.393	37.101	- 1,91
Juros ao Capital	13.568	18.489	- 26,62
Sobras Bruta do exercício	80.948	72.868	11,09

Contribuíram para compor as sobras do exercício de 2018:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 21,11% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 28,64% em relação ao mesmo período de 2017.

Quanto as despesas, a variação das outras despesas com pessoal, administrativas e operacionais, em relação ao mesmo período de 2017, foi de 12,49%.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 51,32%. 3,65% maior comparado com o exercício de 2017.

A sobra bruta em 31/12/2018 da Cooperativa cresceu 11,09% se comparado com o mesmo exercício de 2017.

2.2) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Balanco Patrimonial			Varição
Ativos Totais	1.606.149	1.322.653	21,43
Centralização Financeira	619.755	494.780	25,26
Carteira de Crédito	1.035.999	886.740	16,83
Depósitos	908.041	760.718	19,37
Patrimônio Líquido	416.970	351.070	18,77
Patrimônio de Referência (PR)	393.565	351.055	12,11

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2018:

O total de ativos atingiu R\$ 1.606.149 mil ao final do exercício de 2018, com crescimento de 21,43% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 31/12/2018 o saldo de R\$ 619.755 tendo assim um crescimento no mesmo período em 2017 de 25,26%.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 1.035.999 mil, com crescimento de 16,83% em relação a 31 de dezembro de 2017.

Os depósitos obtiveram um aumento de 19,37% considerando o mesmo período de 2017, atingindo no final do exercício de 2018 o montante de R\$ 908.041 mil.

O patrimônio líquido cresceu 18,77% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 416.970 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

	31/12/2018			30/12/2017			Valor total	% Total	Varição
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total			
Carteira de Crédito									
Crédito Rural	146.798	29.535	176.333	135.422	18.382	153.804	22.529	14,65%	
Empréstimos	178.714	613.665	792.379	154.827	505.942	660.769	131.610	19,92%	
Títulos descontados	3.503	41.928	45.431	4.407	44.780	49.187	-3.756	-7,64%	
Conta Corrente	8.940	12.916	21.856	9.447	13.533	22.980	-1.124	-4,89%	
Total	337.955	698.044	1.035.999	304.103	582.637	886.740	149.259	16,83%	

3) Pessoas

Contávamos com 219 colaboradores no final de dezembro de 2018. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 18.756 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do proproso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No final de dezembro de 2018, houve uma concentração de 79,07% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2018, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 79 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessas demandas, as 34 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Linhares – ES, 31 de dezembro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanco Patrimonial

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		1.183.321	956.966
Disponibilidades	3.(u)	7.563	3.944
Títulos e Valores Mobiliários	4	1.113	1.463
Carteira Própria		1.113	1.463
Relações Interfinanceiras	5	619.755	494.780
Centralização Financeira - Cooperativas	3.(u)	619.755	494.780
Operações de Crédito	6	536.494	444.874
Empréstimos e Títulos Descontados		450.800	375.953
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		133.720	119.217
(-) Provisão para Operações de Crédito		(48.026)	(50.296)
Outros Créditos	7	7.701	6.310
Créditos por Avais e Fianças Honorados		1.834	2.674
Rendas a Receber		4.509	3.555
Diversos		2.716	2.046
(-) Provisão para Outros Créditos	7.b	(1.358)	(1.965)
Outros Valores e Bens	8	10.695	5.595
Outros Valores e Bens	8.a	10.653	5.608
(-) Provisão para Desvalorizações	8.b	(1.136)	(58)
Despesas Antecipadas	8.c	1.178	45
Não Circulante		422.828	365.687
Realizável a Longo Prazo		375.440	326.541
Títulos e Valores Mobiliários	4	210	1.736
Carteira Própria		210	1.736
Operações de Crédito	6	371.082	321.712
Empréstimos e Títulos Descontados		408.866	356.983
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		42.613	34.587
(-) Provisão para Operações de Crédito		(80.397)	(69.858)
Outros Créditos	7.a	4.148	3.093
Diversos		4.148	3.093
Permanente		47.388	39.146
Investimentos	9	36.040	30.575
Participação em Cooperativa Central de Crédito		23.592	19.530
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		12.448	11.045
Imobilizado de Uso	10	11.257	8.460
Imóveis de Uso		5.002	4.717
Outras Imobilizações e Uso		15.061	12.330
(-) Depreciação Acumulada		(8.806)	(8.587)
Intangível		91	111
Ativos Intangíveis	10.1	716	654
(-) Amortização Acumulada		(625)	(543)
TOTAL		1.606.149	1.322.653
P A S S I V O	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		1.102.017	910.752
Depósitos	11	908.036	760.651
Depósito à Vista		266.707	197.085
Depósito Sob Aviso		1.433	1.650
Depósito a Prazo		639.896	561.916
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	11.1	23.409	-
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		23.409	-
Relações Interfinanceiras		122.587	108.257
Repasse Interfinanceiros	12	122.587	108.256
Correspondentes		-	1
Relações Interdependências	13	4.959	3.754
Recursos em Trânsito de Terceiros		4.959	3.754
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	12.1	9.634	9.634
Empréstimo no País - Outras Instituições		9.634	9.634
Outras Obrigações		33.392	28.456
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	14.1	322	493
Sociais e Estatutárias	14.2	17.562	15.074
Fiscais e Previdenciárias	14.3	1.343	1.592
Diversas	14.4	14.165	11.297
Não Circulante		87.162	60.831
Exigível a Longo Prazo			
Depósitos	11	5	67
Depósito a Prazo		5	67
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias		33.328	14.560
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio	11.1	33.328	14.560
Relações Interfinanceiras	12	49.615	41.998
Repasse Interfinanceiros		49.615	41.998
Outras Obrigações	27	4.214	4.206
Diversas		4.214	4.206
Patrimônio Líquido		416.970	351.070
Capital Social	16	224.560	199.585
De Domiciliados No País		227.669	201.991
(-) Capital a Realizar		(3.109)	(2.406)
Reserva de Sobras		166.788	129.997
Sobras Acumuladas		25.622	21.488
TOTAL		1.606.149	1.322.653

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxos de Caixa

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Ingressos da Intermediação Financeira	19.1	92.075	175.784	188.390
Operações de Crédito		92.015	175.637	187.716
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		60	147	674
Dispêndios da Intermediação Financeira	20.1	(57.253)	(107.472)	(130.882)
Operações de Captação no Mercado	11.b	(21.884)	(41.522)	(50.695)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	12.2	(5.604)	(11.533)	(12.041)
Provisão para Operações de Créditos		(29.765)	(54.417)	(68.146)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		34.822	68.312	57.508
Outros Ingressos / Rec. (Dispêndios / Desp.) Operacionais		8.857	16.570	17.133
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		9.377	17.804	14.875
Rendas (Ingressos) de Tarifas		6.740	12.245	9.937
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(9.713)	(18.756)	(18.628)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(15.417)	(29.626)	(25.362)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(876)	(1.656)	(1.325)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	5.1	19.347	36.393	37.101
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	19	5.278	10.331	8.592
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	20	(5.879)	(10.165)	(8.057)
Resultado Operacional		43.679	84.882	74.641
Resultado Não Operacional	21	(955)	(1.718)	(406)
Resultado Antes da Tributação e Participações		42.724	83.164	74.235
Participações nos Resultados de Empregados		(1.145)	(2.216)	(1.367)
Sobras / Perdas antes das Destinações		41.579	80.948	72.868
Destinações legais e Estatutárias		(41.758)	(32.891)	(32.891)
F.A.T.E.S.		(4.967)	(3.345)	(3.345)
Reserva Legal		(36.134)	(29.546)	(29.546)
Fundo de Investimento Social - FIS		(657)	-	-
Resultado antes do Juros ao Capital		39.190	39.977	39.977
Juros ao Capital	18	(13.568)	(18.489)	(18.489)
Sobras / Perdas Líquidas		25.622		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias (FIS)		
Saldos em 31/12/2016	181.263	(1.171)	100.451	-	15.966	296.509
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao Capital	15.880				(15.880)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(86)	(86)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	7.190	(1.235)				5.955
Por Devolução (-)	(16.357)					(16.357)
Estorno de Capital	(228)					(228)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Líquidas					72.868	72.868
Provisão de Juros ao Capital					(18.489)	(18.489)
Subscrição do Juros ao Capital	18.489					18.489
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(238)					(238)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(3.485)					(3.485)
IRRF sobre Juros ao Capital	(523)					(523)
Fates Atos Não Cooperativos					(659)	(659)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundo de Reserva			29.546		(29.546)	-
F A T E S					(2.686)	(2.686)
Saldos em 31/12/2017	201.991	(2.406)	129.997	-	21.488	351.070
Saldos em 31/12/2017	201.991	(2.406)	129.997	-	21.488	351.070
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao Capital	21.386				(21.386)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(102)	(102)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	7.407	(703)				6.704
Por Devolução (-)	(13.456)					(13.456)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(243)					(243)
Sobras ou Perdas Líquidas					80.948	80.948
Provisão de Juros ao Capital					(13.568)	(13.568)
Subscrição do Juros ao Capital	13.568					13.568
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.578)					(2.578)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(154)					(154)
IRRF sobre Juros ao Capital	(252)					(252)
Fates Atos Não Cooperativos					(1.682)	(1.682)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundo de Reserva			36.134		(36.134)	-
Fundo de Investimento Social				657	(657)	-
F A T E S					(3.285)	(3.285)
Saldos em 31/12/2018	227.669	(3.109)	166.131	657	25.622	416.970
Saldos em 30/06/2018	219.460	(2.732)	129.997	-	32.797	379.522
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	3.725	(377)				3.348
Por Devolução (-)	(5.980)					(5.980)
Estorno de Capital	(120)					(120)
Sobras ou Perdas Líquidas					41.579	41.579
Provisão de Juros ao Capital					(6.996)	(6.996)
Subscrição do Juros ao Capital	13.568					13.568
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.578)					(2.578)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(154)					(154)
IRRF sobre Juros ao Capital	(252)					(252)
Fates Atos Não Cooperativos					(1.682)	(1.682)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundo de Reserva			36.134		(36.134)	-
Fundo de Investimento Social				657	(657)	-
F A T E S					(3.285)	(3.285)
Saldos em 31/12/2018	227.669	(3.109)	166.131	657	25.622	416.970

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxo de Caixa

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	42.724	83.164	74.235
Participações nos Resultados de Empregados	(1.145)	(2.216)	(1.367)
Depreciações e Amortizações	681	1.305	1.380
Provisão de Juros ao Capital	(6.996)	(13.568)	(18.489)
Provisão para perda com operações de crédito	29.765	54.417	68.146
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	268	304	30
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(1.377)	(1.285)
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	(73)	(73)	-
	65.224	121.956	122.650
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	922	1.876	13.994
Relações Interfinanceiras	16	-	-
Operações de Crédito	(141.380)	(195.407)	(95.340)
Outros Créditos	(228)	(2.447)	(71)
Outros Valores e Bens	(3.824)	(5.100)	(3.923)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	35.515	69.622	48.276
Depósitos sob Aviso	(226)	(217)	(27)
Depósitos a Prazo	23.088	77.918	87.350
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	15.710	42.176	14.560
Outras Obrigações	296	4.945	4.881
Relações Interfinanceiras	27.932	21.947	2.316
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	1.092
Relações Interdependências	4.880	1.206	(201)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	27.925	138.475	195.557
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos	-	1.377	1.285
Aplicação no Intangível	(52)	(62)	-
Aplicação no Diferido	-	-	(13)
Inversões em Imobilizado de Uso	(2.650)	(4.251)	(968)
Inversões em Investimentos	(4.062)	(5.465)	(1.827)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(6.764)	(8.401)	(1.523)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	3.348	6.704	5.955
Devolução de Capital à Cooperados	(5.980)	(13.456)	(16.357)
Estorno/Cancelamento de Capital	(120)	(243)	(228)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(102)	(86)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(1.682)	(1.682)	(659)
FATES Sobras Exercício	(3.285)	(3.285)	(2.686)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(154)	(154)	(238)
Subscrição do Juros ao Capital	13.568	13.568	18.489
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.578)	(2.578)	(3.485)
IRRF sobre Juros ao Capital	(252)	(252)	(523)
Aumento de Reservas			
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	2.865	(1.480)	182
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	24.026	128.594	194.216
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	603.292	498.724	304.508
No Fim do Período - nota 3.(u)	627.318	627.318	498.724
Varição Líquida das Disponibilidades	24.026	128.594	194.216

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 18/05/1989, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB LESTE CAPIXABA possui 17 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: MARILÂNDIA - ES, COLATINA - ES, SOORETAMA - ES, JAGUARÉ - ES, ARACRUZ - ES, IBIRACU - ES, LINHARES - ES, JOÃO NEIVA - ES, FUNDÃO - ES, RIO BANANAL - ES, SERRA - ES.

O SICOOB LESTE CAPIXABA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

u) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	7.563	3.944
Relações interfinanceiras - centralização financeira	619.755	494.780
TOTAL	627.318	498.724

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa – Curto Prazo	1.113	1.463
Título De Renda Fixa – Longo Prazo	210	1.736
TOTAL	1.323	3.199

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	619.755	494.780
TOTAL	619.755	494.780

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

5.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2018 no montante de R\$ 36.393 mil (31/12/2017 – R\$ 37.101 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de “Ingressos de Depósitos Interooperativos”.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	1.418	-	1.418	2.531
Empréstimos	363.643	357.921	721.564	624.937
Títulos Descontados	45.431	-	45.431	49.187
Financiamentos	40.308	50.945	91.253	56.281
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	133.720	42.613	176.333	153.804
Total das Operações Crédito	584.520	451.479	1.035.999	886.740
(-) Provisões para Operações de Crédito	(48.026)	(80.397)	(128.423)	(120.154)
TOTAL	536.494	371.082	907.576	766.586

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Emp./ Títulos	A.D / Cheque Esp / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	20.173	-	270	-	20.443	-	13.581	-
A 0,5% Normal	150.825	757	23.890	27.206	202.678	-1.014	138.185	-693
B 1% Normal	177.237	4.056	26.959	90.052	298.304	-2.983	242.923	-2.429
B 1% Vencidas	922	43	202	217	1.384	-14	1.569	-16
C 3% Normal	199.010	8.075	31.602	43.795	282.482	-8.474	301.981	-9.059
C 3% Vencidas	12.735	334	461	364	13.894	-417	6.148	-184
D 10% Normal	54.415	3.530	3.855	6.712	68.512	-6.851	43.132	-4.313
D 10% Vencidas	13.860	498	378	1.399	16.135	-1.614	3.111	-311
E 30% Normal	8.435	933	1.227	1.246	11.841	-3.552	9.517	-2.855
E 30% Vencidas	4.039	340	421	205	5.005	-1.501	6.281	-1.884
F 50% Normal	8.810	266	211	901	10.188	-5.094	26.806	-13.403
F 50% Vencidas	2.084	229	207	139	2.659	-1.330	4.167	-2.084
G 70% Normal	20.261	281	299	65	20.906	-14.634	18.686	-13.080
G 70% Vencidas	1.495	208	200	174	2.077	-1.454	2.699	-1.889
H 100% Normal	38.841	1.234	396	2.742	43.213	-43.213	38.296	-38.296
H 100% Vencidas	33.415	1.072	675	1.116	36.278	-36.278	29.658	-29.658
Total Normal	678.007	19.132	88.709	172.719	958.567	-85.815	833.107	-84.128
Total Vencidos	68.550	2.724	2.544	3.614	77.432	-42.608	53.633	-36.026
Total Geral	746.557	21.856	91.253	176.333	1.035.999	-128.423	886.740	-120.154
Provisões	-112.391	-3.977	-3.899	-8.156	-128.423		-120.154	
Total Líquido	634.166	17.879	87.354	168.177	907.576		766.586	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	1.418	-	-	1.418
Cheque Especial/Conta garantida	20.438	-	-	20.438
Empréstimos	111.743	231.462	357.921	701.126
Títulos Descontados	42.290	3.141	-	45.431
Financiamentos	11.688	28.620	50.945	91.253
Financiamentos Rurais	14.679	119.041	42.613	176.333
TOTAL	202.256	382.264	451.479	1.035.999

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	4.809	241.668	17.338	12.399	276.214	27%
Setor Privado - Indústria	471	25.806	6.445	5.598	38.320	4%
Setor Privado - Serviços	7.325	329.624	17.982	10.296	365.227	35%
Pessoa Física	8.940	178.714	3.503	146.798	337.955	33%
Outros	311	16.567	163	1.242	18.283	1%
TOTAL	21.856	792.379	45.431	176.333	1.035.999	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	120.124	91.967
Constituições	55.053	67.953
Transferência para prejuízo	(46.754)	(39.766)
TOTAL	128.423	120.154

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	16.672	2,00%	15.398	2,00%
10 Maiores Devedores	134.011	13,00%	123.820	14,00%
50 Maiores Devedores	354.403	34,00%	305.403	34,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	88.736	68.697
Valor das operações transferidas no período	46.754	39.766
Valor das operações recuperadas no período	(17.019)	(17.891)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(2.100)	(1.836)
TOTAL	116.371	88.736

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honorários	1.834	2.674
Rendas a Receber	4.509	3.555
Rendas Serviços arrecadação de convênios	740	613
Rendas da Centralização da Administração Financeira	3.055	2.663
Outras Rendas a Receber	714	279
Diversos	6.864	5.139
Adiantamento e antecipações salariais	118	122
Adiantamentos Para Pagamentos De Nossa Conta	32	4
Adiantamentos Por Conta De Imobilizações	39	136
Devedores Por Compra De Valores E Bens	320	88
Devedores Por Depósitos Em Garantia (a)	4.148	3.093
Impostos E Contribuições A Compensar	845	711
Pagamentos A Recessar	593	357
Títulos E Créditos A Receber	664	502
Devedores Diversos - País	105	126
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(1.358)	(1.965)
TOTAL	11.849	9.403

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$512 mil) COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$2.620 mil) para interposição de recursos trabalhistas (R\$ 966 mil) e outros (R\$ 50 mil). Classificados no ativo não circulante melhor detalhado na nota 27.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	10.653	5.448
Material em Estoque	-	160
(Provisões para Desvalorizações) (b)	-1.136	-58
Despesas Antecipadas (c)	1.178	45
TOTAL	10.695	5.595

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como doação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	23.592	19.530
Participações inst financ controlada coop crédito	12.448	11.045
TOTAL	36.040	30.575

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	1.840	654	
Terrenos	2.989	2.989	
Edificações	2.013	1.728	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	-573	-581	
Instalações	6.428	5.211	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-4.024	-3.521	
Móveis e equipamentos de Uso	2.786	2.353	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-1.367	-1.276	
Sistema de Comunicação	168	168	20%
Sistema de Processamento de Dados	2.728	2.890	10%
Sistema de Segurança	925	931	10%
Sistema de Transporte	186	123	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-2.842	-3.209	
TOTAL	11.257	8.460	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10.1 Intangível

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Sistema de Transporte	716	654	10-20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-625	-543	
TOTAL	91	111	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	266.707	197.085
Depósito Sob Aviso	1.433	1.650
Depósito a Prazo	639.901	561.983
TOTAL	908.041	760.718

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	29.558	3,00%	47.812	6,00%
10 Maiores Depositantes	139.915	15,00%	138.079	18,00%
50 Maiores Depositantes	271.104	30,00%	238.528	32,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-96	-152
Despesas de Depósitos a Prazo	-37.979	-49.421

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-2.132	-86
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-1.315	-1.036
TOTAL	-41.522	-50.695

11.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2018		31/12/2017
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio	23.409	33.328	14.560
TOTAL	23.408	33.328	14.560

12. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central	Diversos	Diversos	51.029	10.036	34.507
Recursos do Bancoob	Diversos	Diversos	71.558	39.579	115.747
TOTAL			122.587	49.615	150.254

12.1 Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	Diversos	Diversos	9.634	-	9.634
TOTAL			9.634	-	9.634

12.2 As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2018 o montante de R\$ 11.533 mil (31/12/2017 – R\$ 12.041 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento (a)	4.893	3.634
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	66	120
TOTAL	4.959	3.754

14. Outras Obrigações

14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IOF A Recolher	322	394
Operações De Crédito - IOF	320	392
Operações Com Títulos E Valores Mobiliários	2	2
Recebimentos De Tributos Estaduais E Municipais	-	99
Municipais	-	99
TOTAL	322	493

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido.

14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros	1.139	769
Resultado de Atos com Associados (a)	12.264	11.340
Resultado de Atos com não Associados (a)	1.683	659
Gratificações e Participações a Pagar	230	221
Cotas de Capital a Pagar (b)	2.246	2.085
TOTAL	17.562	15.074

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	1.343	1.592
TOTAL	1.343	1.592

14.4 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	133	13
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	4.835	4.887
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.840	2.481
Despesa de Pessoal	1.509	1.367
Aluguéis	150	46
Comunicações	34	32
Promoções e Relações Públicas	16	-
Segurança e Vigilância	2	-
Manutenção e Conservação de Bens	4	14
Transporte	92	83
Seguro	108	-
Plano de Saúde	14	112
Compensado	189	241
Seguros a Recolher	4	3
Seguros Prestamista	384	321
Provisão de cartões a Pagar	240	195
Outras Despesas Administrativas	94	67
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	3.562	2.842
Credores Diversos - País	2.795	1.074
Pendencia a regularizar	7	277
Diferença de Caixa	24	15
Pagamento a Processar	466	86
Pendência a Regularizar Bancoob	1.601	74
Credito de Terceiros	10	26
Cooperativa Central	334	275
Valores a Pagar arrecadação	10	10
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	48	58
Taxa de Gravame a Repassar	-	11
Outros	19	-

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques Depositados	211	177
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	65	65
TOTAL	14.165	11.297

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 90.569 mil (R\$ 68.734 mil em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB LESTE CAPIXABA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	224.560	199.585
Associados	64.720	55.736

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva estatutária,

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2018, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a decisão foi para aumento do capital social, no valor de R\$ 21.488.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	67.380	54.379
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.682)	(659)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	65.698	53.720
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(36.134)	(29.546)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(3.285)	(2.686)
Fundo de Investimento Social - 1%	(657)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	25.622	21.488

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	11.127	8.650
Despesas específicas de atos não cooperativos	(2.163)	(1.778)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.109)	(1.494)
Resultado operacional	6.855	5.378
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	-1.718	(406)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	5.137	4.972
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	(3.455)	(4.313)
Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo	1.682	659

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio o montante de R\$ 13.568 mil, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	281	76
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	296	121
Rendas Juros Cartão de Crédito	3372	3118
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	488	610
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	192	117
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	870	466
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	1652	1311
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	33	21
Dividendos	1377	1285
Outras Rendas Operacionais	1770	1467
TOTAL	10.331	8.592

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcrede.

19.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2.699	3.201
Rendas de Empréstimos	119.092	126.823
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	11.537	14.340
Rendas de Financiamentos	13.926	13.094
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	23
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	337	201
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	5.462	3.054
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	3.130	1.657
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	56	19
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	2.375	1.015
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	5.947
Rendas c/ Tit. Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	147	674
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	17.023	18.342
TOTAL	175.784	188.390

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-1.833	-1.139
Despesas de Descontos Concedidos	-1.698	-2.539
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-1.154	-931
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-133	-116

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	-19	-43
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	-10	-24
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	-804	-869
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento	2.410	-
Outras Despesas Operacionais	-862	-446
Garantias Financeiras Prestadas	-1.015	-1.303
Contingências	-227	-647
TOTAL	-10.165	-8.057

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

20.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Captação	-41.522	-50.695
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-11.533	-12.041
Provisões para operações de crédito	-54.417	-68.146
TOTAL	-107.472	-130.882

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso e repasses contratados.

21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	73	2
Ganhos de Capital	33	51
Ganhos de Aluguéis	7	-
Reversão de Provisões não Operacionais	23	18
Outras Rendas não Operacionais	64	77
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-463	-428
(-) Perdas de Capital	-322	-43
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-1.101	-21
(-) Outras Despesas não Operacionais	-32	-62
Resultado Líquido	-1.718	-406

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	43.295	2,34%	286
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	882	0,05%	18
TOTAL	44.177	2,39%	304
Montante das Operações Passivas	130.801	14,53%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	14	-	0%
Crédito Rural	5.434	77	3%
Empréstimo	8.355	78	1%
Financiamento	78	1	0%
Títulos Descontados	26	-	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	3.686	1,39%	-
Depósitos a Prazo	4.458	0,64%	89% a 100% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97 a.m.
Cheque Especial/Conta garantida (com garantia real)	1,50%am a 2,50% a.m	1,50%am a 2,50% a.m
Desconto de Cheques	1,30% a.m. à 4,00% a.m	1,30% a.m. à 4,00% a.m
Consignado	1,04%am a 1,75%am	1,04% a 1,75%
Empréstimos	0,85% am a 4,85% a.m. 0,30%am + CDI a 3,00%am + CDI.	0,85%am a 4,85% a.m. 0,30%am + CDI a 3,00%am + CDI
Financiamentos	0,30%am + CDI a 3,00% am+ CDI	0,30%am + CDI a 3,00% am+ CDI
Crédito Rural - RPL	1,00% am a 3,00% a.m	1,00%am a 4,85 a.m.
Crédito Rural - Repasses	1,00%aaa a. 12,00 a.a. + TR	1,00%aaa a. 12,00 a.a. + TR
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	89% a 100% CDI	89% a 100% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	17.012
Empréstimos e Financiamentos	20.117

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2018
Honorários e Cédula de Presença	1.816
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	89

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB LESTE CAPIXABA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL ES:

24. Gerenciamento de Risco

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil

– BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	393.565	351.055
Margem de Compatibilização	260.721	234.583
Índice da Basileia	35,55%	39,18%
Margem de Imobilização	185.526	166.971

27. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	3.130	3.130	3.062	3.062
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	961	966	984	5
Outros	123	52	160	26
TOTAL	4.214	4.148	4.206	3.093

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB LESTE CAPIXABA, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 287 mil. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

Linhares-ES, 18 de janeiro de 2019.

Alair José Giuratio
Diretor Executivo
CPF: 931.067.267-68

Michelle Sabaini Calmon Manzoli
Diretora Operacional
CPF: 009.854.567-10

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba – SICOOB LESTE CAPIXABA

Linhares/ES.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba – SICOOB LESTE CAPIXABA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SICOOB LESTE CAPIXABA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 8 de fevereiro de 2019.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, e considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 08 de fevereiro de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Vitória/ES, 27 de fevereiro de 2019.

Jonas Geraldo Ardison
Coordenador do Conselho Fiscal

Josimar Lino Bandeira
Secretário do Conselho Fiscal

Enrick Bastos Sanson
Conselheiro Fiscal - Efetivo

FALCÃO QUER ESCALAR VOCÊ.

PROMOÇÃO #VEMPROTIME

Abra sua conta pelo aplicativo Faça Parte com o código #vemprotime, e participe do sorteio que vai levar o Falcão pra jogar uma pelada com você, além de concorrer a doze camisas autografadas pelo craque.

Central de Atendimento Sicoob | Atendimento 24h | Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111 | Demais localidades: 0800 642 0000 | Ouvidoria Sicoob | Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h 0800 725 0996
www.ouvidoriasicoob.com.br | Deficientes auditivos ou de fala | Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458 | Demais serviços de atendimento | www.sicoob.com.br
Certificado de Autorização SEAE/MF N° 01.000747/2018. Consulte o regulamento no site www.sicoob.com.br/vemprotime.

Download on the App Store
GET IT ON Google Play

SICOOB
Faça parte.